

Leia-se:
25- Área de Conhecimento: INSTALAÇÕES PREDIAIS E EFICIÊNCIA ENERGÉTICA DE EDIFICAÇÕES (1 vaga)
Escola de Engenharia
Departamento de Engenharia Civil (TEC)
Classe A: Assistente - 40h DE
Provas escrita e didática no período de 10/08/2026 a 28/08/2026. Formação dos candidatos: Graduação em Engenharia Civil, Engenharia elétrica ou Arquitetura. Doutorado em Engenharia Civil, Engenharia Elétrica, Energia ou Arquitetura.
Ementa: 1- Fundamentos de energia solar no contexto das edificações; 2- Zoneamento bioclimático brasileiro e as diretrizes do projeto bioclimático; 3- Ventilação natural em edificações: fundamentos físicos, levantamento de dados e programas para simulação computacional; 4- Suficiência energética e aplicações de geração distribuída no contexto das edificações; 5- Desempenho termoenergético do ambiente construído: modelagem e variáveis de interesse; 6- Simulação termoenergética de edificações: plataformas e métodos de avaliação; 7- Eficiência energética de edificações: sistemas analisados e métodos de avaliação; 8- Regulamentações e diretrizes construtivas para habitações de baixo consumo energético no Brasil e no exterior; 9- Edificações sustentáveis no contexto da transição energética; 10- Técnicas de execução, aplicações BIM e compatibilização dos projetos de instalações prediais em edificações no contexto da eficiência energética; 11- Premissas do projeto elétrico em baixa tensão. Previsão de cargas elétricas; 12- Cálculo da demanda elétrica da edificação. Definição do padrão de entrada de energia elétrica; 13- Dimensionamento de linhas elétricas e das proteções das instalações elétricas em baixa tensão; 14- Sistemas de aterramento e proteção contra descargas atmosféricas aplicada às edificações; 15- Luminotécnica e projeto de sistemas de iluminação eficiente; 16- Instalações prediais de água fria e água quente; 17- Instalações prediais de esgoto sanitário; 18- Instalações prediais de águas pluviais; 19- Instalações prediais de gás; 20- Instalações prediais de proteção e combate a incêndio.
Bibliografia: 1- CREDER, H. Instalações Elétricas. Editora LTC, 16ª edição, 2018; 2- NISKIER, J. Manual de Instalações Elétricas. Editora LTC, 2ª edição, 2015; 3- MAMEDE FILHO, J. Instalações Elétricas Industriais. Editora LTC, 9ª edição, 2018; 4- COTRIM, ADEMARO A. M. B. Instalações Elétricas. Editora Pearson Universidades, 5ª ed., 2008; 5- BITTENCOURT, Leonardo; CÂNDIDO, Christina. Ventilação Natural em Edificações. Guia PROCEL EDIFICA. Eletrobrás PROCEL, 3ª ed., 2010; 6- GALDINO, Marco Antonio e Pinho, João Tavares. Manual de Engenharia de Sistemas Fotovoltaicos. CRESESB/CEPEL/ELETROBRÁS, 2ª ed., 2014; 7- LAMBERTS, R., DUTRA, L., PEREIRA, F. O. R. Eficiência Energética na Arquitetura. Eletrobrás PROCEL, 3ª ed., 2014; 8- HIPPERT, M. A., LONGO, O. C., ALMEIDA, M. (organizadores.). Ambiente construído e seu desempenho.1ª ed., Editora UFF, 2022; 9- KRAUSE, C. B. Desempenho Térmico e Eficiência Energética em Edificações. Eletrobrás PROCEL EDIFICA, 2010; 10- FRANCESCA STAZI. Thermal Inertia in Energy Efficient Building Envelopes. Editora Elsevier, 2017; 11- INMETRO. Instrução Normativa do Inmetro para Edificações Residenciais (INI-R). Portaria Inmetro nº 309, 2022; 12- INMETRO. Instrução Normativa do Inmetro para Edificações Comerciais (INI-C). Portaria Inmetro nº 309, 2022; 13- ABNT, NBR 15.220-3: 2024, Desempenho térmico de edificações - Parte 3: Zoneamento bioclimático por desempenho; 14- ABNT, NBR 15.575-1: 2024, Edificações habitacionais — Desempenho Parte 1: Requisitos gerais; 15- ABNT, NBR 16.819: 2024, Instalações elétricas de baixa tensão — Eficiência energética; 16- EASTMAN, C., TEICHOLZ P., SACKS, R., LISTON, K.. BIM Handbook: A Guide to Building Information Modeling for Owners, Managers, Designers, Engineers and Contractors, 2011; 17- Instalações Hidráulicas Prediais e Industriais. Archibald Joseph Macintyre. 2010. 4ª Edição. Editora LTC; 18- Instalações Hidráulicas e Sanitárias. Hélio Creder. 2006. 6ª Edição. Editora LTC; 19- Manual de Instalações Hidráulicas e Sanitárias. Archibald Joseph Macintyre. 2021. 2ª Edição. Editora LTC; 20- Instalações Hidráulicas e o Projeto de Arquitetura. Roberto de Carvalho Júnior. 2023. 14ª edição. Editora Blucher.

ANTONIO CLAUDIO LUCAS DA NÓBREGA

EDITAL

RETIFICAÇÃO DO EDITAL DO CONCURSO PÚBLICO DE PROVAS E TÍTULOS PARA INGRESSO NA CARREIRA DO MAGISTÉRIO DO ENSINO BÁSICO, TÉCNICO E TECNOLÓGICO COMUNICADO OFICIAL Nº 2

A Universidade Federal Fluminense, por meio de sua Coordenação de Seleção Acadêmica, torna público as retificações do Edital nº 32/2026.

1-A Retificação do subitem 2.4.6, alínea b que passa a ter a seguinte redação:

b) encaminhar documentação comprobatória para fins de análise documental para caracterização da deficiência, conforme subitens 2.4.7, 2.4.7.1, 2.4.7.2 e 2.4.7.3, no período das inscrições que será de 03 de março de 2026 até 24 de março de 2026.

2-A Retificação do subitem 3.3.10, alínea b que passa a ter a seguinte redação:

3.3.10 O resultado do recurso previsto no subitem 3.3.9 será divulgado no dia 13 de março de 2026, a partir das 16 horas, no endereço eletrônico do Concurso.

3-A Retificação do subitem 4.1, alínea b que passa a ter a seguinte redação:

b) 2ª Etapa - Procedimento de Caracterização da Deficiência ou Procedimento Complementar à Autodeclaração para candidatos autodeclarados negros (pretos e pardos) e candidatos autodeclarados indígenas ou quilombolas.

4-A Retificação do subitem 5.1.2.5 que passa a ter a seguinte redação:

5.1.2.5 Resultado Preliminar do Procedimento de análise documental de caracterização da deficiência será divulgado no dia 5 de maio de 2026, a partir das 16 horas, no endereço eletrônico do Concurso.

5-A Retificação do subitem 5.1.2.6 que passa a ter a seguinte redação:

5.1.2.5 O candidato que desejar interpor recurso contra resultado preliminar do procedimento de análise documental de caracterização da deficiência deverá fazê-lo, exclusivamente, das 16 horas do dia 5 de maio de 2026 até as 16 horas do dia 6 de maio de 2026, por meio de mensagem enviada ao correio eletrônico <concursocoluni@id.uff.br>.

6- A Retificação do subitem 5.1.2.10 que passa a ter a seguinte redação:

5.1.2.10 O Resultado Final do procedimento de análise documental de caracterização da deficiência e a convocação para a segunda fase do procedimento para caracterização da deficiência, se for o caso, será divulgado no dia 12 de maio de 2026, a partir das 16 horas, no endereço eletrônico do Concurso.

7-A Retificação do subitem 5.1.3.2 que passa a ter a seguinte redação:

5.1.3.2 O candidato convocado para a avaliação presencial deverá comparecer no dia, no local e no horário, conforme escala a ser divulgada no dia 12 de maio de 2026, a partir das 16 horas, no endereço eletrônico do Concurso.

8-A inclusão do subitem 5.1.3.2.1 que passa a ter a seguinte redação:

5.1.3.2.1 A avaliação presencial será realizada no dia 14 de maio de 2026 de acordo com a escala mencionada no subitem 5.1.3.2.

9-A Retificação do subitem 5.2.1 que passa a ter a seguinte redação:

5.2.1 Os candidatos que optarem por concorrer às vagas reservadas aos candidatos negros, se aprovados na Prova Discursiva nos termos deste edital, ainda que tenham obtido nota suficiente para aprovação na ampla concorrência, serão convocados para o procedimento de confirmação complementar à autodeclaração. O candidato convocado para a avaliação presencial deverá comparecer no dia, no local e no horário, conforme escala a ser divulgada no dia 30 de abril de 2026, a partir das 16 horas, no endereço eletrônico do Concurso.

10-A Retificação do subitem 5.3.2 que passa a ter a seguinte redação:

5.3.2 Serão convocados para o procedimento verificação documental complementar à autodeclaração os candidatos que optarem por concorrer às vagas reservadas à candidatos indígenas e quilombolas, se aprovados nas provas objetivas nos termos deste edital, ainda que tenham obtido nota suficiente para aprovação na ampla concorrência. O candidato convocado para a avaliação presencial deverá comparecer no dia, no local e no horário, conforme escala a ser divulgada no dia 30 de abril de 2026, a partir das 16 horas, no endereço eletrônico do Concurso.

11-A Retificação do subitem 5.4.5, que passa a ter a seguinte redação:

5.4.5 A relação dos candidatos prevista no subitem 5.4.4 obedecerá à ordem crescente dos números de inscrição dos candidatos habilitados.

12-A Retificação do subitem 5.4.6, que passa a ter a seguinte redação:

5.4.5 A ordem de apresentação dos candidatos será sorteada antes do início da primeira prova didática, obedecendo ao calendário para isso estabelecido no subitem 5.4.3.

13-A Retificação do subitem 5.4.7, que passa a ter a seguinte redação:

5.4.5 O candidato tomará ciência da ordem de sua apresentação para realização da Prova Didática no momento do sorteio previsto no subitem 5.4.6.

14-A Retificação do subitem 5.4.8, que passa a ter a seguinte redação:

5.4.5 O não comparecimento ao sorteio previsto no subitem 5.4.6 não poderá ser alegado pelo candidato como desconhecimento da ordem de sua apresentação para realização da prova didática.

15-A Retificação do subitem 5.4.10, que passa a ter a seguinte redação:

5.4.10 O candidato tomará ciência do ponto para a realização da sua prova didática no momento do sorteio previsto no subitem 5.4.9.

16-A Retificação do subitem 5.4.11, que passa a ter a seguinte redação:

5.4.11 O não comparecimento ao sorteio previsto no subitem 5.4.9 não poderá ser alegado pelo candidato como desconhecimento do ponto sorteado para a realização da Prova Didática.

17-A Retificação do subitem 5.4.14, que passa a ter a seguinte redação:

5.4.14 A não apresentação, por parte de candidato, do plano de aula de que trata o subitem 5.4.13 implicará a sua eliminação do Concurso.

18-A Retificação do subitem 5.4.20, que passa a ter a seguinte redação:

5.4.20 Serão considerados aprovados na Prova Didática e estarão habilitados a participar da 4ª Etapa todos os candidatos que obtiverem pontuação maior ou igual a 70 (setenta) pontos na Prova Didática.

19-A Retificação do subitem 5.4.21, que passa a ter a seguinte redação:

5.4.21 Os candidatos que não atenderem ao disposto no subitem 5.4.20 serão eliminados do Concurso.20-A Retificação do subitem 5.4.25, que passa a ter a seguinte redação:

5.4.25O Resultado da Revisão prevista no subitem 5.4.23 será divulgado no dia 2 de junho de 2026, a partir das 16 horas.

21-A Retificação do subitem 5.4.26, que passa a ter a seguinte redação:

5.4.26Resultado Final da 3ª Etapa será divulgado no dia 2 de junho de 2026, a partir das 16 horas.

22-A Retificação do subitem 12.11, que passa a ter a seguinte redação:

12.11 Na hipótese do subitem 12.9, o candidato continuará integrando a lista de aprovados na área de conhecimento para a qual concorreu, devendo a UFF consultar o candidato em posição subsequente na lista de classificação do concurso.

23-Permanecem inalteradas as demais disposições do Edital do Concurso e dos Comunicados Oficiais.

Niterói, 3 de março de 2026

COORDENAÇÃO DE SELEÇÃO ACADÊMICA - COSEAC

EDITAL

RETIFICAÇÃO DO EDITAL DO CONCURSO PÚBLICO DE PROVAS E TÍTULOS PARA INGRESSO NA CARREIRA DO MAGISTÉRIO DO ENSINO BÁSICO, TÉCNICO E TECNOLÓGICO COMUNICADO OFICIAL Nº 3

A Universidade Federal Fluminense, por meio de sua Coordenação de Seleção Acadêmica, torna público a retificação do Anexo I que passa ter a seguinte redação:

CONCURSO PÚBLICO PARA O COLÉGIO UNIVERSITÁRIO GERALDO REIS - COLUNI EDITAL 32/2026

ANEXO I

LISTA DE PONTOS E SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS (PROVAS: DISCURSIVA E DIDÁTICA)

IMPORTANTE: As indicações bibliográficas abaixo representam apenas uma sugestão para o candidato, não servindo, portanto, como única e exclusiva fonte de consulta e estudo. O candidato deverá remeter-se sempre ao programa de sua área de atuação/conhecimento.

CARGO - PROFESSOR DO ENSINO BÁSICO, TÉCNICO E TECNOLÓGICO

ÁREA DE ATUAÇÃO/CONHECIMENTO:

PEDAGOGIA - ESPECIALIZAÇÃO EM ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO

PONTOS

PONTO 1

Relação entre família e escola: ações colaborativas na Educação inclusiva.

PONTO 2

O desenvolvimento humano e a Educação Especial: o processo de ensino-aprendizagem na perspectiva inclusiva.

PONTO 3

Práticas pedagógicas: estratégias de alfabetização e letramento na educação inclusiva.

PONTO 4

O Atendimento Educacional Especializado: o Ensino colaborativo e o planejamento docente em perspectiva inclusiva.

PONTO 5

O currículo das diferenças: pensando as culturas, as práticas e as políticas de inclusão no contexto escolar.

PONTO 6

O Planejamento Educacional Individualizado e o Desenho Universal para a Aprendizagem em contexto do ensino comum: as práticas colaborativas em ação.

PONTO 7

Práticas pedagógicas colaborativas: culturas e políticas de inclusão na escola.

PONTO 8

Avaliação inclusiva e o Ensino colaborativo.

PONTO 9

O uso de tecnologias assistivas e recursos acessibilidade no contexto escolar: o processo de ensino aprendizagem.

PONTO 10

A Formação docente no contexto da Educação Especial em perspectiva inclusiva.

ÁREA DE ATUAÇÃO/CONHECIMENTO:

PEDAGOGIA - ESPECIALIZAÇÃO EM ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO

SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS:

LEGISLAÇÃO:

BRASIL. Decreto n. 12.686/2025. Institui a nova Política Nacional de Educação Especial Inclusiva e a Rede Nacional de Educação Especial Inclusiva. Brasília, DF: Presidência da República, 2025. <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2025/decreto-12686-20-outubro-2025-798166-publicacaooriginal-176779-pe.html>. Acesso em: 4 fev. 2026.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Diário Oficial da União, 5 de outubro de 1988. Art. 205, 206 3 208.Acesso em: 4 fev. 2026.

BRASIL. Lei 8.069 de 13 de julho de 1990.Dispõe sobre o Estatuto da Criança e Adolescente e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: 4 fev. 2026.

BRASIL. Lei Nº 9394, de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Disponível em: www.planalto.gov.br. Acesso em: 4 fev. 2026.

BRASIL. Ministério da Educação. Decreto n. 7.611/11. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Brasília, 2011. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 4 fev. 2026.

BRASIL. Lei Nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o § 3o do art. 98 da Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990. 2012. Disponível em: www.planalto.gov.br. Acesso em: 4 fev. 2026.



BRASIL. Ministério da Educação. Nota Técnica n. 04 / 2014 / MEC / SECADI / DPEE. Orientação quanto a documentos comprobatórios de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação no Censo Escolar. Brasília, 2014. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br>. Acesso em: 4 fev. 2026.

BRASIL. Ministério da Educação. Lei n.13 146/15. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, 2015. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 4 fev. 2026.

BRASIL, Casa Civil, Ministério da Educação/Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Básica. Resolução nº 4, de 2 de outubro de 2009. Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004_09.pdf. Acesso em: 4 fev. 2026.

BRASIL, Casa Civil, Ministério da Educação/Secretaria de Educação do Estado de São Paulo. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva de Educação Inclusiva. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/politica.pdf>. Acesso em: 4 fev. 2026.

BRASIL, Casa Civil, Ministério da Educação/Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CEB nº 2, de 11 de setembro de 2001. Institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Acesso em: 4 fev. 2026.

BRASIL; Casa Civil. Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7611.htm. Acesso em: 4 fev. 2026.

BRASIL; Casa Civil. Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/10172.htm. Acesso em: 4 fev. 2026.

BRASIL. Lei 10.436, 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. 2002. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/10436.htm. Acesso em: 4 fev. 2026.

UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura). Declaração de Salamanca. Portal Mec, 1994. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>. Acesso em: 4 fev. 2026.

ARTIGOS E LIVROS:

AUADA, V. G. C.; SHIMAZAKI, E. M.; MORI, N. N. R.; MENEGASSI, R. J. Gêneros textuais no livro didático: desafios para o letramento e reflexões sobre deficiência intelectual. In: OLIVEIRA, A. A. S.; FONSECA, K. A.; REIS, M. R. (org.). Formação de professores e práticas educacionais inclusivas. Curitiba, PR: CRV, 2018.

BERSCH, R. Introdução à tecnologia assistiva. Porto Alegre, RS: [s. n.], 2017. Disponível em: https://www.assistiva.com.br/Introducao_Tecnologia_Assistiva.pdf. Acesso em: 16 nov. 2023

BEYER, H. O. Inclusão e avaliação na escola: de alunos com necessidades educacionais especiais. Porto Alegre, RS: Mediação, 2013.

BOOTH, T.; AINSCOW, M. Index para a inclusão: desenvolvendo a aprendizagem e a participação na escola. Rio de Janeiro: LaPEADE, 2012.

BORGES, A. A. P.; SCHMIDT, C. Desenho universal para aprendizagem: uma abordagem para alunos com autismo em sala de aula. Revista Teias, [s. l.], v. 22, n. 66, jul./set. 2021. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/revistateias/article/view/57044>. Acesso em: 4 fev. 2026.

BRAUN, P.; MARIN, M. Ensino colaborativo: uma possibilidade do atendimento educacional especializado. Revista Linhas, Florianópolis, SC, v. 17, n. 35, p. 193-215, 2016. Disponível em: <http://www.revistas.udesc.br/index.php/linhas>. Acesso em: 4 fev. 2026.

CAPELLINI, V. L. M. F.; MENDES, E. G. O ensino colaborativo favorecendo o desenvolvimento profissional para a inclusão escolar. Educere et Educare, [s. l.], v. 2, n. 4, p. 113-128, 2007. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/educereeteducare/article/view/1659>. Acesso em: 4 fev. 2026.

CAPELLINI, V. L. M. F.; ZERBATO, A. P. O que é ensino colaborativo? São Paulo: Edicon, 2019.

CONTE, E.; HABOWSKI, A. C. Olhares sobre Tecnologia Assistiva e Desenho Universal para a Aprendizagem: encruzilhadas, intersecções, insurgências. Revista Educação Especial, [s. l.], v. 35, 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/67410>. Acesso em: 4 fev. 2026.

DINIZ, D.; BARBORA, L.; SANTOS, W. R. dos. Deficiência, direitos humanos e justiça. Revista Internacional de Direitos Humanos, [s. l.], v. 6, n. 11, p. 65-77, 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sur/a/fPMZfn9hbJYM7SzN9bwzysb/?lang=pt>. Acesso em: 4 fev. 2026.

DUEK, V. P. Casos de ensino na formação de professores: contribuições para a reflexão sobre a prática docente. Itinerarius Reflectionis (Revista Eletrônica de Graduação e Pós-Graduação em Educação), [s. l.], v. 16, n. 2, 2020. Disponível em: <https://revistas.ufi.edu.br/ri/article/view/54529>. Acesso em: 4 fev. 2026.

ESTEF, S. Documento norteador para implementação do Planejamento de Acessibilidade na Avaliação (PAA): primeiros passos. Ponta Grossa, PR: Atena, 2024.

FREIRE, P. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. Rio de Janeiro; São Paulo: Paz & Terra, 2014.

GARCIA, R. M. C.; BARCELOS, L. G. de. A constituição do público-alvo na política de educação especial brasileira: movimentos e disputas no interior do estado integral. Rev. Bras. Ed. Esp., Bauru, v. 27, e0170, p. 1-16, jan./dez. 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbee/i/2021.v27/>. Acesso em: 4 fev. 2026.

GLAT, R.; ESTEF, S. Experiências e vivências de escolarização de alunos com deficiência intelectual. Rev. Bras. Ed. Esp., Bauru, v. 27, e0184, p. 157-170, jan./dez. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1980-54702021v27e0184>. Acesso em: 4 fev. 2026.

GLAT, R.; PLETSCH, M. D. (org.). Estratégias educacionais diferenciadas para alunos com necessidades especiais. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2013.

JANNUZZI, G. de M. A educação do deficiente no Brasil: dos primórdios ao início do século XXI. Campinas, SP: Autores Associados, 2004.

KASSAR, M. de C. M. Escola como espaço para a diversidade e o desenvolvimento humano. Revista Educação e Sociedade, [s. l.], v. 37, n. 137, p. 1.223-1.240, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/ a/3pZfQcXscKP5rN6T94Pfrj/?format=html&lang=pt>. Acesso em: 4 fev. 2026.

LURIA, A. R. Desenvolvimento cognitivo: seus fundamentos culturais e sociais. 6. ed. São Paulo: Ícone, 2010.

MARIN, M. Inclusão escolar de alunos com necessidades educacionais especiais no segundo segmento do ensino fundamental em um espaço de excelência acadêmica. 2015. 194 f. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade do estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

MARIN, M.; BRAUN, P. Currículo e diferenciação pedagógica: uma prática de exclusão? Revista Exitus, [s. l.], v. 10, e020010, 2020. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/5531/553171468010>. Acesso em: 4 fev. 2026.

MENDES, E. G. et al. Práticas inclusivas inovadoras no contexto da classe comum: dos especialismos às abordagens universalistas. Campos dos Goytacazes, RJ: Encontrografia, 2023.

MENDES, E. G.; VILARONGA, C. A. R.; ZERBATO, A. P. Ensino Colaborativo como apoio à inclusão escolar: unindo esforços entre educação comum e especial. São Carlos, SP: EdUFSCar, 2014.

MENDES, G. M. L.; PLETSCH, M. D.; HOSTINS, G. C. L. (orgs.). Educação especial e/na educação básica: entre especificidades e indissociabilidades. Araraquara, SP: Junqueira & Marin, 2019.

NUNES, D. R. P.; BARBOSA, J. P. S.; NUNES, L. R. P. Comunicação alternativa para alunos com autismo na escola: uma revisão da literatura. Rev. Bras. Ed. Esp., Bauru, SP, v. 27, e0212, p. 655-672, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbee/a/mVvFCNhq5yHD5kCm8Tf8BNn/?lang=pt>. Acesso em: 4 fev. 2026.

NUNES, L. R. d'O. de P. N. et al. (org.). Comunicar é preciso: em busca das melhores práticas na educação do aluno com deficiência. Marília, SP: ABPEE, 2020.

PIMENTA, S. G. (org.). Saberes pedagógicos e atividade docente. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

PLETSH, M. D. (org.). Acessibilidade e desenho universal aplicado à aprendizagem na educação superior. Nova Iguaçu, RJ: ObEE, 2020. Disponível em: <https://portal.ufrj.br/wp-content/uploads/2020/09/Acessibilidade-e-DesenhoUniversal-Aplicado-%C3%A0-Aprendizagem-na-Educa%C3%A7%C3%A3o-Superior-finalokok.pdf>. Acesso em: 4 fev. 2026.

PLETSH, M. D.; SOUZA, F. F.; ORLEANS, L. F. A diferenciação curricular e o desenho universal na aprendizagem como princípios para a inclusão escolar. [Rio de Janeiro]: 2017. Disponível em: <https://mestradoedoutoradoestacio.periodicoscientificos.com.br/index.php/reeduc/article/view/3114/1662>. Acesso em: 4 fev. 2026.

PLETSCH, M. D. A formação de professores para a educação inclusiva: legislação, diretrizes políticas e resultados de pesquisas. Educar, Curitiba, PR, n. 33, p. 143-156, 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/er/a/VNnyNh5dLGQBRR76Hc9dHqQ/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 4 fev. 2026.

PLETSCH, M. D. O que há de especial na educação especial brasileira? Momento: Diálogos Em Educação, [s. l.], v. 29, n. 1, p. 57-70, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.14295/momento.v29i1.9357>. Acesso em: 4 fev. 2026.

PLETSCH, M. D.; OLIVEIRA, M. C. P. de. Políticas de educação inclusiva: considerações sobre a avaliação da aprendizagem de alunos com deficiência intelectual. Revista Educação, Artes e Inclusão, [s. l.], v. 10, n. 2, p. 125-137, 2014. Disponível em: <https://www.revistas.udesc.br/index.php/arteinclusao/article/view/5846>. Acesso em: 4 fev. 2026.

PLETSCH, M. D.; ROCHA, M. G. de S. da; OLIVEIRA, M. C. P. de. Propostas pedagógicas para alunos com deficiência intelectual e múltipla: análises de cenas do cotidiano escolar. Revista Universidade La Salle, Canoas, RS, v. 25, n. 1, 2020. <https://revistas.unilasalle.edu.br/index.php/Educacao/article/view/6271>. Acesso em: 4 fev. 2026.

RENZULLI, J. Modelo de enriquecimento para toda a escola: um plano abrangente para o desenvolvimento de talentos e superdotação. Revista Educação Especial, [s. l.], v. 27, n. 50, p. 539-562, set./dez. 2014. Disponível em: <http://www.ufsm.br/revistaeducacaoespecial>. Acesso em: 4 fev. 2026.

SANTOS, C. E. M.; CAPELLINI, V. L. F. Avaliação inicial do desempenho escolar de estudantes com e sem deficiência do ensino fundamental público. In: GLAT, R.; ESTEF, S. Avaliação flexibilizada para alunos com necessidades educacionais especiais: uma prática pedagógica inclusiva. Olhar de Professor, [s. l.], v. 24, 2021. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/olhardeprofessor/article/view/19708>. Acesso em: 4 fev. 2026.

SANTOS, J. R.; PICCOLO, G. M.; VILARONGA, C. A. R.; MENDES, E. G. Planejamento educacional individualizado I: elaboração e avaliação. Documento eletrônico. São Carlos, SP: EDESP-UFSCar, 2022. Disponível em: <https://www.edesp.ufscar.br/arquivos/colecoes/segunda-licenciatura-em-educacao-especial/pei-i.pdf>. Acesso em: 4 fev. 2026.

SANTOS, M. P. dos. Dialogando sobre inclusão em educação: contando casos (e descasos). Curitiba, PR: CRV, 2013.

SCHIRMER, C. R. Acessibilidade na comunicação é um direito: comunicação alternativa é um caminho. Revista Teias, [s. l.], v. 9, n. 18, p. 9, 2009. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/revistateias/article/view/24039>. Acesso em: 4 fev. 2026.

SEBASTIÁN-HEREDERO, E. A escola inclusiva e estratégias para fazer frente a ela: as adaptações curriculares. Acta Scientiarum. Education, Maringá, PR, v. 32, n. 2, p. 193-208, 2010. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/ActaSciEduc/article/download/9772/9772>. Acesso em: 4 fev. 2026.

SEBASTIAN-HEREDERO, E. Diretrizes para o Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA). Rev. Bras. Educ. Espec., [s. l.], v. 26, n. 4, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1980-54702020v26e0155>. Acesso em: 4 fev. 2026.

SEBASTIÁN-HEREDERO, E.; PRAIS, J. L. de S.; VITALINO, C. R. Desenho Universal para a aprendizagem (DUA): uma abordagem curricular inclusiva. São Carlos, SP: Castro, 2022.

SILVA, F. de C. T. Sentidos de política, práticas e inclusão na educação especial. Rev. Bras. Ed. Esp., Corumbá, v. 30, e0102, p. 1-14, 2024. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbee/i/2024.v30/>. Acesso em: 4 fev. 2026.

SKLIAR, C. A escuta das diferenças. Porto Alegre, RS: Mediação, 2019.

SMOLKA, A. L. B.; NOGUEIRA, A. L. H. (orgs.). Estudos na perspectiva de Vigotski: gênese e emergência das funções psicológicas. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2013.

DAINEZ, Debora; SMOLKA, Ana Luiza Bustamante. A função social da escola em discussão, sob a perspectiva da educação inclusiva. In: Educação e Pesquisa, Seção Temática: Educação Especial. São Paulo, v. 45, e187853, 2019.4 fev. 2026.

SOARES, M. Letramento e alfabetização: as muitas facetas. Revista Brasileira de Educação, [s. l.], n. 25, jan./fev./mar./abr. 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/89tX3SGw5G4dNWdHRkRxrZk/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 4 fev. 2026.

STAINBACK, S.; STAINBACK, W. Inclusão: um guia para educadores. Tradução de: Magda Lopes. Porto Alegre, RS: Artes Médicas, 1999.

TANNÚS-VALADÃO, G.; MENDES, E. G. Inclusão escolar e o planejamento educacional individualizado: estudo comparativo sobre práticas de planejamento em diferentes países. Rev. Bras. Educ., Rio de Janeiro, v. 23, e230076, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rbedu/v23/1809-449X-rbedu-23-e230076.pdf>. Acesso em: 4 fev. 2026.

TARDIF, M.; LESSARD, C. O trabalho docente: elementos para uma teoria da docência como profissão de interações humanas. Saberes docentes e formação profissional. 8. reimpr. Petrópolis, RJ: Vozes, 2022.

VYGOTSKY, L. S. A defectologia e o estudo do desenvolvimento e da educação da criança anormal. Educ. Pesquisa., São Paulo, v. 37, n. 4, dez. 2011. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-97022011000400012. Acesso em: 4 fev. 2026.

VYGOTSKY, L. S. Defeito e supercompensação. In: VYGOTSKY, L. S. Problemas da defectologia. Tradução de: Zoia Prestes e Elizabeth Tunes. São Paulo: Expressão Popular, 2021.

VYGOTSKY, L. S. Pensamento e linguagem. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 200

ÁREA DE ATUAÇÃO/CONHECIMENTO:
PEDAGOGIA - EDUCAÇÃO INFANTIL
PONTOS
PONTO 1
As interações e a brincadeira como eixos norteadores das práticas pedagógicas na Educação Infantil.
PONTO 2
Inclusão na Educação Infantil.
PONTO 3
O trabalho com as múltiplas linguagens como eixo norteador das práticas educativas na Educação Infantil.
PONTO 4
Oralidade, literatura, leitura e escrita no cotidiano da Educação Infantil.
PONTO 5
Relações étnico-raciais na Educação Infantil.
PONTO 6
Movimento e criação no cotidiano da Educação Infantil.
PONTO 7
O conhecimento sobre a natureza e a sociedade no cotidiano da Educação Infantil.
PONTO 8



Metodologias de trabalho na Educação Infantil: organização e promoção dos processos das crianças de conhecer e expressar o mundo. PONTO 9

Organização dos tempos e espaços no cotidiano da Educação Infantil. PONTO 10

Instrumentos do trabalho pedagógico: planejamento, registro, documentação pedagógica e avaliação na Educação Infantil.

ÁREA DE ATUAÇÃO/CONHECIMENTO:

PEDAGOGIA - EDUCAÇÃO INFANTIL

SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS:

BRASIL. MEC/CNE/CEB. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Resolução nº 5 de 17 de Dezembro de 2009.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei 9394/96, de 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. Coleção ProInfantil - Programa de Formação Inicial para Professores em Exercício na Educação Infantil. Brasília: MEC/SEB, 2006.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Coleção Leitura e Escrita na Educação Infantil. 9 v. Brasília: MEC, SEB, 2016a. Disponível em: <https://lepi.fae.ufmg.br/publicacoes/colecao/>. Acesso em: 14 jun. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. Ensino Fundamental de nove anos: orientações para a inclusão da criança de 6 anos de idade. Brasília: SEB, 2007.

BRASIL. Política Nacional de Educação Especial Inclusiva. Decreto n. 12.686, de 20 de outubro de 2025.

BRASIL. Lei nº 10.639, de 09 de janeiro de 2003. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2003/L10.639.htm. Acesso em: 25 jun. 2025.

BRASIL. Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena". Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm. Acesso em: 25 jun. 2025.

BRASIL, Plano Nacional das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileiras e Africana. Brasília: SECAD; SEPIR, jun. 2009. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/ptbr/centrais-de-conteudo/acervo-linha-editorial/publicacoes-diversas/temasinterdisciplinares/diretrizes-curriculares-nacionais-para-a-educacao-das-relacoes-etnicoraciais-e-para-o-ensino-de-historia-e-cultura-afro-brasileira-e-africana>. Acesso em: 25 jun. 2025.

CAMPOS, M. M. Critérios para um atendimento em creches que respeite os direitos fundamentais das crianças / Maria Malta Campos e Fúlvia Rosemberg (6ª ed). Brasília: MEC, SEB, 2009.

CAMOES, M. C. L. S. ; FRANGELLA, R. C. P. Interações e brincadeiras: o currículo das infâncias como experiências do não ver. REVISTA DIÁLOGO EDUCACIONAL, v. 25, p. 1662-1676, 2025.

CRUZ, S. H. V. (org). A criança fala: a escuta de crianças em pesquisa. São Paulo: Cortez, 2008.

EDWARDS, C.; GANDINI, L.; FORMAN, G. As cem linguagens da criança: A abordagem de Reggio Emilia na educação da primeira infância. Porto Alegre: Artmed, 1999.

FARIA, A. L. G.; PALHARES, M. S. (Org.) . Educação Infantil pós-LDB: Rumos e Desafios. 6. ed. Campinas - SP: Editores Associados, 2008.

FERREIRA, I. M. S.; CANCIAN, V. A. (Orgs.). Unidades de Educação Infantil nas Universidades Federais: os caminhos percorridos. 1 ed. Goiânia: FUNAPE, 2009

GONÇALVES, L. A.; OLIVEIRA, D.; BASÍLIO, P. (org.). Educação Infantil: promovendo encontros. São Carlos: Pedro & João Editores, 2022, p. 61-82.

HOYUELOS, A. A estética no pensamento e na obra pedagógica de Loris Malaguzzi. 1. ed. - São Paulo: Phorte, 2020.

KUHLMANN JR, M. Infância e Educação Infantil: Uma abordagem histórica. Porto Aelge, Mediação, 2011 (6ª ed.)

LIMA, A. C. L; PAIVA, K. L. C. ; SILVA, N. B. Culturas negras na escola. Rio de Janeiro: Metanoia, 2024.

LIMA, C. M.; NASCIMENTO, G. Currículo na Educação Infantil e a emergência de teorização negra para o trabalho pedagógico com as infâncias. In: Itinerarius Reflectionis, Jatai- GO., v. 18, nº3, p. 01-20, 2022. Disponível em: <https://revistas.ufj.edu.br/rir/article/view/6...>

Educação Básica, modalidade Educação Especial. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004_09.pdf. Acesso em: 4 fev. 2026.

BRASIL, Casa Civil, Ministério da Educação/Secretaria de Educação do Estado de São Paulo. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva de Educação Inclusiva. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/politica.pdf>. Acesso em: 4 fev. 2026.

BRASIL, Casa Civil, Ministério da Educação/Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CEB nº 2, de 11 de setembro de 2001. Institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Acesso em: 4 fev. 2026.

BRASIL; Casa Civil. Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7611.htm. Acesso em: 4 fev. 2026.

BRASIL; Casa Civil. Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10172.htm. Acesso em: 4 fev. 2026.

BRASIL. Lei 10.436, 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. 2002. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10436.htm. Acesso em: 4 fev. 2026.

UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura). Declaração de Salamanca. Portal Mec, 1994. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>. Acesso em: 4 fev. 2026.

ARTIGOS E LIVROS:

AUADA, V. G. C.; SHIMAZAKI, E. M.; MORI, N. N. R.; MENEGASSI, R. J. Gêneros textuais no livro didático: desafios para o letramento e reflexões sobre deficiência intelectual. In: OLIVEIRA, A. A. S.; FONSECA, K. A.; REIS, M. R. (org.). Formação de professores e práticas educacionais inclusivas. Curitiba, PR: CRV, 2018.

BERSCH, R. Introdução à tecnologia assistiva. Porto Alegre, RS: [s. n.], 2017. Disponível em: https://www.assistiva.com.br/Introducao_Tecnologia_Assistiva.pdf. Acesso em: 16 nov. 2023

BEYER, H. O. Inclusão e avaliação na escola: de alunos com necessidades educacionais especiais. Porto Alegre, RS: Mediação, 2013.

BOOTH, T.; AINSCOW, M. Index para a inclusão: desenvolvendo a aprendizagem e a participação na escola. Rio de Janeiro: LaPEADE, 2012.

BORGES, A. A. P.; SCHMIDT, C. Desenho universal para aprendizagem: uma abordagem para alunos com autismo em sala de aula. Revista Teias, [s. l.], v. 22, n. 66, jul./set. 2021. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/revistateias/article/view/57044>. Acesso em: 4 fev. 2026.

BRAUN, P.; MARIN, M. Ensino colaborativo: uma possibilidade do atendimento educacional especializado. Revista Linhas, Florianópolis, SC, v. 17, n. 35, p. 193-215, 2016. Disponível em: <http://www.revistas.udesc.br/index.php/linhas>. Acesso em: 4 fev. 2026.

CAPELLINI, V. L. M. F.; MENDES, E. G. O ensino colaborativo favorecendo o desenvolvimento profissional para a inclusão escolar. Educere et Educare, [s. l.], v. 2, n. 4, p. 113-128, 2007. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/educereeteducare/article/view/1659>. Acesso em: 4 fev. 2026.

CAPELLINI, V. L. M. F.; ZERBATO, A. P. O que é ensino colaborativo? São Paulo: Edicon, 2019.

CONTE, E.; HABOWSKI, A. C. Olhares sobre Tecnologia Assistiva e Desenho Universal para a Aprendizagem: encruzilhadas, interseções, insurgências. Revista Educação Especial, [s. l.], v. 35, 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/67410>. Acesso em: 4 fev. 2026.

DINIZ, D.; BARBORA, L.; SANTOS, W. R. dos. Deficiência, direitos humanos e justiça. Revista Internacional de Direitos Humanos, [s. l.], v. 6, n. 11, p. 65-77, 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sur/a/fPMZfn9hbJYM7SzN9bwzysb/?lang=pt>. Acesso em: 4 fev. 2026.

DUEK, V. P. Casos de ensino na formação de professores: contribuições para a reflexão sobre a prática docente. Itinerarius Reflectionis (Revista Eletrônica de Graduação e Pós-Graduação em Educação), [s. l.], v. 16, n. 2, 2020. Disponível em: <https://revistas.ufj.edu.br/rir/article/view/54529>. Acesso em: 4 fev. 2026.

ESTEF, S. Documento norteador para implementação do Planejamento de Acessibilidade na Avaliação (PAA): primeiros passos. Ponta Grossa, PR: Atena, 2024.

FREIRE, P. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. Rio de Janeiro; São Paulo: Paz & Terra, 2014.

GARCIA, R. M. C.; BARCELOS, L. G. de. A constituição do público-alvo na política de educação especial brasileira: movimentos e disputas no interior do estado integral. Rev. Bras. Ed. Esp., Bauru, v. 27, e0170, p. 1-16, jan./dez. 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbee/i/2021.v27/>. Acesso em: 4 fev. 2026.

GLAT, R.; ESTEF, S. Experiências e vivências de escolarização de alunos com deficiência intelectual. Rev. Bras. Ed. Esp., Bauru, v. 27, e0184, p. 157-170, jan./dez. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1980-54702021v27e0184>. Acesso em: 4 fev. 2026.

GLAT, R.; PLETSCHE, M. D. (org.). Estratégias educacionais diferenciadas para alunos com necessidades especiais. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2013.

JANNUZZI, G. de M. A educação do deficiente no Brasil: dos primórdios ao início do século XXI. Campinas, SP: Autores Associados, 2004.

KASSAR, M. de C. M. Escola como espaço para a diversidade e o desenvolvimento humano. Revista Educação e Sociedade, [s. l.], v. 37, n. 123-1.240, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/3pZfQcXscKP5rN6T94Pjfrj/?format=html&lang=pt>. Acesso em: 4 fev. 2026.

LURIA, A. R. Desenvolvimento cognitivo: seus fundamentos culturais e sociais. 6. ed. São Paulo: Ícone, 2010.

MARIN, M. Inclusão escolar de alunos com necessidades educacionais especiais no segundo segmento do ensino fundamental em um espaço de excelência acadêmica. 2015. 194 f. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade do estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

MARIN, M.; BRAUN, P. Currículo e diferenciação pedagógica: uma prática de exclusão? Revista Exitus, [s. l.], v. 10, e020010, 2020. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/5531/553171468010>. Acesso em: 4 fev. 2026.

MENDES, E. G. et al. Práticas inclusivas inovadoras no contexto da classe comum: dos especialismos às abordagens universalistas. Campos dos Goytacazes, RJ: Encontrografia, 2023.

MENDES, E. G.; VILARONGA, C. A. R.; ZERBATO, A. P. Ensino Colaborativo como apoio à inclusão escolar: unindo esforços entre educação comum e especial. São Carlos, SP: EdUFSCar, 2014.

MENDES, G. M. L.; PLETSCHE, M. D.; HOSTINS, G. C. L. (orgs.). Educação especial e/na educação básica: entre especificidades e indissociabilidades. Araraquara, SP: Junqueira & Marin, 2019.

NUNES, D. R. P.; BARBOSA, J. P. S.; NUNES, L. R. P. Comunicação alternativa para alunos com autismo na escola: uma revisão da literatura. Rev. Bras. Ed. Esp., Bauru, SP, v. 27, e0212, p. 655-672, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbee/a/mVvFCNhq5yHD5kCm8Tf8BNn/?lang=pt>. Acesso em: 4 fev. 2026.

NUNES, L. R. d'O. de P. N. et al. (org.). Comunicar é preciso: em busca das melhores práticas na educação do aluno com deficiência. Marília, SP: ABPEE, 2020.

PIMENTA, S. G. (org.). Saberes pedagógicos e atividade docente. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

PLETSTH, M. D. (org.). Acessibilidade e desenho universal aplicado à aprendizagem na educação superior. Nova Iguaçu, RJ: ObEE, 2020. Disponível em: <https://portal.ufrj.br/wp-content/uploads/2020/09/Acessibilidade-e-DesenhoUniversal-Aplicado-%C3%A0-Aprendizagem-na-Educa%C3%A7%C3%A3o-Superior-finalokok.pdf>. Acesso em: 4 fev. 2026.

PLETSTH, M. D.; SOUZA, F. F.; ORLEANS, L. F. A diferenciação curricular e o desenho universal na aprendizagem como princípios para a inclusão escolar. [Rio de Janeiro]: 2017. Disponível em: <https://mestradoedoutoradoestacio.periodicoscientificos.com.br/index.php/reeduc/arti cle/vi ew/3114/1662>. Acesso em: 4 fev. 2026.

PLETSCHE, M. D. A formação de professores para a educação inclusiva: legislação, diretrizes políticas e resultados de pesquisas. Educar, Curitiba, PR, n. 33, p. 143-156, 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/er/a/VNnyNh5dLQGRR76Hc9dHqQ/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 4 fev. 2026.

PLETSCHE, M. D. O que há de especial na educação especial brasileira? Momento: Diálogos Em Educação, [s. l.], v. 29, n. 1, p. 57-70, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.14295/momento.v29i1.9357>. Acesso em: 4 fev. 2026.

PLETSCHE, M. D.; OLIVEIRA, M. C. P. de. Políticas de educação inclusiva: considerações sobre a avaliação da aprendizagem de alunos com deficiência intelectual. Revista Educação, Artes e Inclusão, [s. l.], v. 10, n. 2, p. 125-137, 2014. Disponível em: <https://www.revistas.udesc.br/index.php/arteinclusao/article/view/5846>. Acesso em: 4 fev. 2026.

PLETSCHE, M. D.; ROCHA, M. G. de S. da; OLIVEIRA, M. C. P. de. Propostas pedagógicas para alunos com deficiência intelectual e múltipla: análises de cenas do cotidiano escolar. Revista Universidade La Salle, Canoas, RS, v. 25, n. 1, 2020. <https://revistas.unilasalle.edu.br/index.php/Educacao/article/view/6271>. Acesso em: 4 fev. 2026.

RENZULLI, J. Modelo de enriquecimento para toda a escola: um plano abrangente para o desenvolvimento de talentos e superdotação. Revista Educação Especial, [s. l.], v. 27, n. 50, p. 539-562, set./dez. 2014. Disponível em: <http://www.ufsm.br/revistaeducacaoespecial>. Acesso em: 4 fev. 2026.

SANTOS, C. E. M.; CAPELLINI, V. L. F. Avaliação inicial do desempenho escolar de estudantes com e sem deficiência do ensino fundamental público. In: GLAT, R.; ESTEF, S. Avaliação flexibilizada para alunos com necessidades educacionais especiais: uma prática pedagógica inclusiva. Olhar de Professor, [s. l.], v. 24, 2021. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/olhardeprofessor/article/view/19708>. Acesso em: 4 fev. 2026.

SANTOS, J. R.; PICCOLO, G. M.; VILARONGA, C. A. R.; MENDES, E. G. Planejamento educacional individualizado I: elaboração e avaliação. Documento eletrônico. São Carlos, SP: EDESP-UFSCar, 2022. Disponível em: <https://www.edesp.ufscar.br/arquivos/colecoes/segunda-licenciatura-em-educacao-e-special/pei-i.pdf>. Acesso em: 4 fev. 2026.

SANTOS, M. P. dos. Dialogando sobre inclusão em educação: contando casos (e descasos). Curitiba, PR: CRV, 2013.



SCHIRMER, C. R. Acessibilidade na comunicação é um direito: comunicação alternativa é um caminho. Revista Teias, [s. l.], v. 9, n. 18, p. 9, 2009. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/revistateias/article/view/24039>. Acesso em: 4 fev. 2026.

SEBASTIÁN-HEREDERO, E. A escola inclusiva e estratégias para fazer frente a ela: as adaptações curriculares. Acta Scientiarum. Education, Maringá, PR, v. 32, n. 2, p. 193-208, 2010. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/ActaSciEduc/article/download/9772/9772>. Acesso em: 4 fev. 2026.

SEBASTIAN-HEREDERO, E. Diretrizes para o Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA). Rev. Bras. Educ. Espec., [s. l.], v. 26, n. 4, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1980-54702020v26e0155>. Acesso em: 4 fev. 2026.

SEBASTIÁN-HEREDERO, E.; PRAIS, J. L. de S.; VITALINO, C. R. Desenho Universal para a aprendizagem (DUA): uma abordagem curricular inclusiva. São Carlos, SP: Castro, 2022.

SILVA, F. de C. T. Sentidos de política, práticas e inclusão na educação especial. Rev. Bras. Ed. Esp., Corumbá, v. 30, e0102, p. 1-14, 2024. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbee/i/2024.v30/>. Acesso em: 4 fev. 2026.

SKLIAR, C. A escuta das diferenças. Porto Alegre, RS: Mediação, 2019.

SMOLKA, A. L. B.; NOGUEIRA, A. L. H. (orgs.). Estudos na perspectiva de Vigotski: gênese e emergência das funções psicológicas. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2013.

DAINEZ, Debora; SMOLKA, Ana Luiza Bustamante. A função social da escola em discussão, sob a perspectiva da educação inclusiva. In: Educação e Pesquisa, Seção Temática: Educação Especial. São Paulo, v. 45, e187853, 2019.4 fev. 2026.

SOARES, M. Letramento e alfabetização: as muitas facetas. Revista Brasileira de Educação, [s. l.], n. 25, jan./fev./mar./abr. 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/89tX3SGw5G4dNWdHRkRrZk/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 4 fev. 2026.

STAINBACK, S.; STAINBACK, W. Inclusão: um guia para educadores. Tradução de: Magda Lopes. Porto Alegre, RS: Artes Médicas, 1999.

TANNÚS-VALADÃO, G.; MENDES, E. G. Inclusão escolar e o planejamento educacional individualizado: estudo comparativo sobre práticas de planejamento em diferentes países. Rev. Bras. Educ., Rio de Janeiro, v. 23, e230076, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rbedu/v23/1809-449X-rbedu-23-e230076.pdf>. Acesso em: 4 fev. 2026.

TARDIF, M.; LESSARD, C. O trabalho docente: elementos para uma teoria da docência como profissão de interações humanas. Saberes docentes e formação profissional. 8. reimpr. Petrópolis, RJ: Vozes, 2022.

VYGOTSKY, L. S. A defectologia e o estudo do desenvolvimento e da educação da criança anormal. Educ. Pesquisa., São Paulo, v. 37, n. 4, dez. 2011. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-97022011000400012. Acesso em: 4 fev. 2026.

VYGOTSKY, L. S. Defeito e supercompensação. In: VYGOTSKY, L. S. Problemas da defectologia. Tradução de: Zoia Prestes e Elizabeth Tunes. São Paulo: Expressão Popular, 2021.

VYGOTSKY, L. S. Pensamento e linguagem. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

ÁREA DE ATUAÇÃO/CONHECIMENTO:
PEDAGOGIA - EDUCAÇÃO ANOS INICIAIS
PONTOS
PONTO 1
Práticas pedagógicas de ensino de língua portuguesa a partir da literatura infantil.

PONTO 2
Escola e os usos das tecnologias e Inteligência Artificial.

PONTO 3
Práticas Pedagógicas que abordem o ensino das Ciências Humanas.

PONTO 4
Práticas Pedagógicas que abordem o ensino das Ciências da Natureza.

PONTO 5
Práticas pedagógicas que abordem o ensino da Matemática.

PONTO 6
Laicidade, democracia e escola pública.

PONTO 7
Interseccionalidades, escola pública e diferença.

PONTO 8
Alfabetização: práticas de leitura e escrita.

PONTO 9
Os currículos na/da educação ambiental.

PONTO 10
Práticas inclusivas no cotidiano escolar.

ÁREA DE ATUAÇÃO/CONHECIMENTO:
PEDAGOGIA - EDUCAÇÃO ANOS INICIAIS
SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS:
BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Base Nacional Comum Curricular. Versão final. Brasília: MEC, 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Currículos e Educação Integral. Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica. Brasília: EC, SEB, DICEI, 2013.

GERALDI, João Wanderley. A aula como acontecimento. São Carlos: Pedro & João Editores, 2010.

GOULART, Cecília M. A.; GARCIA, Inez Helena Muniz; CORAIS, Maria Cristina (Orgs.). Alfabetização e discurso: dilemas e caminhos metodológicos. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2019.

ÁREA DE ATUAÇÃO/CONHECIMENTO:
GEOGRAFIA
PONTOS
PONTO 1
Os conceitos geográficos no ensino da geografia escolar.

PONTO 2
Representações do espaço geográfico: cartografias e suas linguagens

PONTO 3
Geografia escolar e inclusão: desafios e possibilidades na construção de outras geografias dentro e fora de sala de aula.

PONTO 4
Processos avaliativos, o uso dos materiais didáticos e das novas linguagens nos processos de ensino-aprendizagem das categorias e conteúdos da geografia.

PONTO 5
O ensino de geografia física na escola, a geopolítica dos recursos naturais e mudanças climáticas: conceitos, temas e metodologia de aplicação.

PONTO 6
O ensino da geografia do mundo contemporâneo: metodologias para abordar a globalização, os conflitos geopolíticos e as disputas territoriais.

PONTO 7
Questões de gênero e étnico-raciais no currículo do ensino de geografia e na sala de aula.

PONTO 8
O ensino sobre a formação socioespacial brasileira na educação básica e abordagens teórico-metodológicas para a análise da política externa contemporânea do Brasil no contexto da América Latina e suas relações com os Estados Unidos.

PONTO 9
A questão agrária na educação geográfica: temas, conceitos, categorias de análise e formas de aplicação didático-pedagógica no ensino de geografia.

PONTO 10
O ensino de geografia urbana na escola: métodos e abordagens para o debate sobre a relação campo-cidade, a rede urbana, o espaço urbano e os desafios para a superação das desigualdades socioespaciais.

PONTO 11
Currículo, políticas educacionais e o ensino de geografia: os desafios, limites e impactos das políticas curriculares no exercício da docência e na educação geográfica nas escolas.

PONTO 12
Território, docência e ensino: a formulação de práticas pedagógicas espacialmente referenciadas e as relações entre a escola e a cidade.

ÁREA DE ATUAÇÃO/CONHECIMENTO:
GEOGRAFIA
SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS
ALBUQUERQUE, M. A. M.; GIORDANI, A. C. C.; GIOTTO, E. D.; KATUTA, A. M.; SOUZA, J. G.; ZUCHERATTO, B.; MARQUES, A. C. O.; OLIVEIRA NETO, A. C.; CARVALHO, L. E.; SIMÕES, W.; AZEVEDO, S. C.; NOGUEIRA, A. R. B.; MARTINS, M. F. A. Manifesto: crítica às reformas neoliberais na educação. 1. ed. Marília, SP: Lutas Anticapital, 2021. 169 p.

ALENTEJANO, P. R. R. Questão agrária no Brasil atual: uma abordagem a partir da geografia. Terra Livre, v. 36, p. 116-142, 201.

ALMEIDA, R. D. Do desenho ao mapa: Iniciação cartográfica na escola. São Paulo: Contexto, 2011.

ARROYO, M. Outros sujeitos, outras pedagogias. Petrópolis: Vozes, 2014.

BEZERRA, A. C. A.; SILVA, A. C.; SACRAMENTO, A. C. As cidades e suas representações: cruzando olhares dos(as) estudantes sobre São Gonçalo, Niterói e Seropédica. Revista de Geografia (Recife), v. 37, p. 162-180, 2020.

CARLOS, A. F. A.; SOUZA, M. L.; SPOSITO, M. E. B. (Orgs.). A produção do espaço do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios. 1ª Ed. São Paulo: Contexto, 2016. p. 53-73.

COSTA, H. H. C. 'Seríamos a política que criticamos?': a interlocução do povo da Geografia na produção da BNCC. Revista Brasileira de Educação em Geografia, v. 10, p. 125-152, 2020.

COUTO, Marcos A. C. Ensinar a geografia ou ensinar com a geografia? Das práticas e dos saberes espaciais à construção do conhecimento geográfico na escola. Revista Terra Livre, v. 34, p. 109-124, 2010.

FREDERICO, S. Economia política do território e as forças de dispersão e concentração no agroegócio brasileiro. GEOgraphia (UFF), v. 17, p. 68-94, 2015.

GIOTTO, E. D. Dos PCNs à BNCC: o ensino de Geografia sob o domínio neoliberal. GEO UERJ, v. 0, p. 419-439, 2016.

GIOTTO, E. D. Efeitos da implementação da reforma do ensino médio sobre o ensino de Geografia. GEO UERJ, p. 1-25, 2024.

HAESBAERT, R & PORTO-GONÇALVES C. W. A nova des-ordem mundial. São Paulo: UNESP. 2006. Coleção paradidáticos.

LOPES, J. J. M. & MELO, M. B. Cartografias com crianças: lógicas e autorias infantis. In: Revista brasileira de Educação em geografia. V.7. N 13. 2017. <https://www.revistaedugeo.com.br/revistaedugeo/article/view/486>

MOARES, A. C. R. Território e História no Brasil. São Paulo: Ed. Annablume, 2005.

PLETSCH, M. D. Repensando a inclusão escolar: diretrizes políticas, práticas curriculares e deficiência intelectual. Rio de Janeiro: NAU

PONTUSCHKA, N. N.; PAGANELLI, T. I.; CACETE, N. H. Representações e linguagens no ensino de Geografia. In: Para ensinar e aprender geografia. São Paulo: Cortez, 2007 (Coleção docência em formação. Série ensino fundamental)

PORTO-GONÇALVES, C. V. A globalização da natureza e natureza da globalização. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

SANTOS, M. A natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção. São Paulo: EDUSP, 2014.

SANTOS, M. . Pobreza Urbana. São Paulo: EDUSP, 2009.

SERRA, E.; GIOTTO, E. D.; GOMES, M. V. Geografias da educação no Brasil: histórias, dinâmicas contemporâneas e perspectivas de futuro. 1. ed. Rio de Janeiro: Consequência, 2025. 526 p.

STRAFORINI, Rafael. O ensino de Geografia como prática espacial de significação. Estudos Avançados, v. 32, n. 93, p. 175-195, 2018.

- Permanecem inalteradas as demais disposições do Edital do Concurso e dos Comunicados Oficiais.

Niterói, 3 de março de 2026
COORDENAÇÃO DE SELEÇÃO ACADÊMICA - COSEAC

PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO

AVISO DE ADIAMENTO
PREGÃO Nº 90007/2026

Comunicamos o adiamento da licitação supracitada , publicada no D.O.U de 13/02/2026, .Entrega das Propostas: a partir de 13/02/2026, às 08h00 no site www.comprasnet.gov.br. Abertura das Propostas: 05/03/2026, às 10h00 no site www.comprasnet.gov.br. Objeto: Pregão Eletrônico - Contratação de serviços de controle de vetores, pragas urbanas e insetos nas instalações da Universidade Federal Fluminense (UFF), municípios de Niterói, Volta Redonda, Angra dos Reis, Nova Friburgo, Petrópolis, Santo Antônio de Pádua, Rio das Ostras, Macaé, Campos dos Goytacazes e Iguaba Grande (RJ), contemplando desratização, desinsetização, e assemelhados em caráter preventivo e corretivo

VIVIANE CECILIA DE LIMA LEMOS
Pregoeira

(SIDECA - 03/03/2026) 150182-15227-2025NE002630

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90010/2026 - UASG 150182

Nº Processo: 23069161486202529. Objeto: Aquisição de Softwares . Total de Itens Licitados: 15. Edital: 04/03/2026 das 10h00 às 17h00. Endereço: R.m. Frias, Nº 9 - Icarai-niteroi, - Niterói/RJ ou <https://www.gov.br/compras/edital/150182-5-90010-2026>. Entrega das Propostas: a partir de 04/03/2026 às 10h00 no site www.gov.br/compras. Abertura das Propostas: 16/03/2026 às 10h00 no site www.gov.br/compras.

JOAO FELIPE SOARES MACHADO
Pregoeiro

(SIASGnet - 03/03/2026) 150182-15227-2025NE002630

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90004/2026 - UASG 150182

Nº Processo: 23069163546202548. Objeto: Aquisição de Medicamentos de Uso Humano.. Total de Itens Licitados: 107. Edital: 04/03/2026 das 08h00 às 12h00 e das 13h00 às 17h00. Endereço: R.m. Frias, Nº 9 - Icarai-niteroi, - Niterói/RJ ou <https://www.gov.br/compras/edital/150182-5-90004-2026>. Entrega das Propostas: a partir de 04/03/2026 às 08h00 no site www.gov.br/compras. Abertura das Propostas: 16/03/2026 às 10h00 no site www.gov.br/compras. Informações Gerais: .

VIVIANE CECILIA DE LIMA LEMOS
Pregoeira

(SIASGnet - 03/03/2026) 150182-15227-2025NE002630

